

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 997 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 1999



## Plenário vota anistia a eleitor e ampliação do Simples

O Senado deverá apreciar amanhã as mudanças introduzidas pela Câmara dos Deputados em projeto do senador Gerson Camata

### MAGUITO QUER AÇÃO PERMANENTE CONTRA A MISÉRIA

O senador Maguito Vilela pediu apoio a sua proposta de transformar em permanente a Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza.

PÁGINA 5

Pauta do Senado nesta semana inclui também projeto que transfere para 2001 a exigência de que os clubes de futebol sejam transformados em empresas, nos termos da Lei Pelé

**E**leitores que deixaram de votar nas eleições de 3 de outubro e 15 de novembro de 1996 e nos pleitos de 4 e 25 de outubro de 1998 poderão ter suas multas anistiadas, caso seja aprovado projeto que o Senado aprecia amanhã. A proposta original, de autoria do senador Gerson Camata, foi alterada pela Câmara para permitir que a anistia beneficie também os candidatos eleitos que foram multados por infra-

ções cometidas nas eleições de 1996 e 1998. Os senadores votarão, ainda, projeto que transfere para 2001 a exigência para que os clubes sejam transformados em empresas, nos termos da Lei Pelé. Na quarta-feira, o plenário examina projeto que permite a prestadores de serviços com renda bruta anual inferior a R\$ 120 mil a possibilidade de optar pelo Simples, o sistema de tributação das micro e pequenas empresas.

PÁGINA 3

### BALANÇO

## Senado apreciou 15 matérias na semana

Entre as propostas mais importantes votadas na semana passada está a emenda constitucional que limita o prazo de vigência e proíbe a reedição de medidas provisórias.

PÁGINA 3



### CAE EXAMINA INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR

Proposta que destina 2% da arrecadação bruta das loterias federais ao Comitê Olímpico Brasileiro é uma das matérias na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, que se reúne amanhã. Além disso, a CAE deve votar sete pedidos de empréstimos para aplicação em infra-estrutura urbana e modernização administrativa.

PÁGINA 3



SEGUNDA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 1999

## AGENDA

## CE examina projeto sobre livros gratuitos na rede pública

A Comissão de Educação do Senado aprecia amanhã, em reunião marcada para as 11h30, projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública. A proposta tem como relator o senador José Jorge (PFL-PE), que apresentou substitutivo estendendo ao ensino médio até a 3ª série, além dos livros didáticos gratuitos, programas suplementares como alimentação, transporte e assistência à saúde. Essa proposição do senador pernambucano modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que facultava somente ao ensino fundamental tais benefícios. O projeto tramita em caráter terminativo.

Projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que estabelece normas para registro de diploma e inscrição nos conselhos profissionais dos graduados em medicina, enfermagem, farmácia, bioquímica, odontologia e fisioterapia, também será apreciado. O relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), pede o encaminhamento da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que deverá opinar sobre a sua constitucionalidade e juridicidade.

A pauta prevê também apreciação, em caráter terminativo, de projeto que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Imigrante Italiano.

## Violência na mídia é tema de debate

A violência presente nos meios de comunicação é tema de audiência pública que a subcomissão de rádio e TV realiza amanhã, às 19h30. O evento contará com a participação do secretário nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, José Gregori, e da presidente do Grupo TVer, a ex-deputada federal Marta Suplicy.

Presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), a subcomissão também vai ouvir, durante a audiência, a deputada Maria Elvira (PMDB-MG), presidente da Comissão de Educação, o representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, e a pesquisadora argentina Tatiana Merlo Flores.

## PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

## PREVISÃO

## PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*PLC nº 55/99, altera dispositivo da Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto; emendas da Câmara ao \*PLS nº 81/99, que dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral; \*PDL nº 110/95, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Eldorado de Minas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Minas (GO); \*PDL nº 121/95, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à empresa A Gazeta do Espírito Santo — Rádio e TV Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Serra (ES); e \*PR nº 47/98, que autoriza o estado de Rondônia a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 12.2.98, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o governo do estado de Rondônia, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 146,9 milhões.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeiro dia de discussão, em segundo turno, da \*PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; \*PLS nº 405/99, altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples; \*Mensagem nº 219/99, solicitando a retirada do PLC nº 8/99, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial—Sinmetro; \*Requerimento nº 706/99, da senadora Marluce Pinto, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS 95/99, de sua autoria; \*Requerimento nº 707/99, do senador Romero Jucá, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 406/99, de sua autoria; \*Requerimento nº 719/99, do senador Jonas Pinheiro, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 605/99, com os PLSs 171 e 428, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; \*Requerimento nº 720/99, do senador Luiz Estevão, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 614/99, com os PLSs 292 e 386, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; e \*Requerimento nº 735/99, do senador Paulo Souto, solicitando que sobre o PLC nº 31/97, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em segundo turno, da \*PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; e \*PDL nº 231/99, que aprova o ato que outorga concessão à Rádio e Televisão Diário de Mogi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mogi (SP).

Hora do Expediente: Homenagem aos 50 anos de fundação da Legião da Boa Vontade, no dia 1º de janeiro de 2000.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

## COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: \*Mensagem nº 217/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia do Brasil, no valor de US\$ 150 milhões, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinada a composição de linha de crédito e ao refinanciamento do BNDES; \*Ofício "S" nº 61/99, que encaminha ao Senado parecer contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da prefeitura municipal de Campo Largo (PR) para contratar operação de crédito com o Banco do Estado do Paraná S/A (Banestado), no âmbito do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, no valor de R\$ 5 milhões, destinada aos investimentos financiáveis pelo Programa Paraná Urbano (FDU) e vilas rurais; \*Ofício "S" nº 54/99, que encaminha ao Senado Parecer Dedip-99/029, de 13.10.99, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da prefeitura municipal de João Dourado (BA) para contratar operação de crédito junto ao Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-Estrutura Urbana (Produr) administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A (Desenbanco), no valor de R\$ 663 mil, destinada a investimentos na área de desenvolvimento urbano; \*Ofício "S" nº 53/99, que encaminha ao Senado Parecer Dedip-99/019, de 13.10.99, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da prefeitura municipal de Dias D'Ávila (BA) para contratar operação de crédito junto ao Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-Estrutura Urbana (Produr), administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A (Desenbanco) no valor de R\$ 2,9 milhões, destinada a investimento na área de desenvolvimento urbano; \*PLC nº 56/99, que dispõe sobre a transferência de atribuições da IRB-Brasil Resseguros S. A, para a Superintendência de Seguros Privados (Susep); \*Ofício "S" nº 60/99, que encaminha ao Senado parecer Dedip/Diare-99/033, de 29.10.99, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do governo do estado da Bahia, para prestação de garantia e contragarantias, às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, no valor de R\$ 15 milhões, sendo R\$ 14 milhões referente a renovação da operação autorizada pela Resolução nº 105/97 do Senado e R\$ 600 mil relativo ao resíduo da margem não utilizada da primeira etapa do programa; \*Ofício nº 57/99, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação da prefeitura municipal de Belo Horizonte (MG) para que possa contratar operação de crédito junto ao Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios (Fundo Somma) administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG), no valor de R\$ 1,6 milhão, destinado a projetos de modernização administrativa; \*Ofício nº 58/99, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação da prefeitura municipal de Belo Horizonte (MG) para que possa contratar operação de crédito junto ao Programa de Saneamento Ambiental, Organização dos Municípios (Fundo Somma) administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG), no valor de R\$ 17,84 milhões, destinado a obras de infra-estrutura urbana; e \*PLS nº 491/99, altera a redação do artigo 9º da Lei nº 9615/98, que institui normas gerais sobre desportos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

## 11h30 - Comissão de Educação

Pauta: \*PLS nº 382/99, que estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública; \*PLS nº 529/99, institui o Dia do Advogado, a ser celebrado em 11 de agosto; \*PLS nº 340/99, dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; \*PLS nº 360/99, denomina Governador Edmundo Pinto trecho da Rodovia BR-364; \*PLS nº 22/99, que denomina Rodovia Governador Hélio Campos trecho da BR-174; \*Requerimento do senador José Fogaça, solicitando a prorrogação dos trabalhos da subcomissão do cinema brasileiro; \*PLS nº 594/99, que estabelece normas para registro de diploma e inscrição nos conselhos profissionais dos graduados em medicina, enfermagem, farmácia, bioquímica, odontologia e fisioterapia; \*PDLs que aprovam o ato que renova e outorga a concessão e a permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora; e \*PDL nº 221/99, que aprova o ato que renova a concessão deferida à RBN-Rede Brasil Norte de Televisão Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus

(AM). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

## Após Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: \*Mensagem nº 233/99, que submete à apreciação do Senado o nome de Flávio Flores da Cunha Bierrenbach, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

## 18h — Reunião Conjunta das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, Assuntos Sociais e Econômicos

Audiência Pública com a finalidade de prestar esclarecimentos a respeito da utilização do potencial do Rio São Francisco e especialmente o projeto de transposição de suas águas.

Convidados: Airson Bezerra Lócio, presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (Codevasf); Raimundo Santos Garrido, secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; José Thedmiro de Araújo, presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (Ceevasf); e Sérgio Barbosa de Almeida, ex-chefe da direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13 19h30 — Subcomissão de Rádio e TV*

## Audiência pública sobre violência na mídia

Convidados: Marta Suplicy, presidente do Grupo TVER; deputada Maria Elvira, presidente da Comissão de Educação da Câmara; José Gregori, secretário nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça; Jorge Werthein, representante da Unesco no Brasil; e Tatiana Merlo Flores, pesquisadora da Universidade Católica de Buenos Aires. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: texto final do \*PLS nº 258/99, que institui a obrigatoriedade de prestação de atendimento cirúrgico-plástico a portadores de defeitos físicos causadores de sofrimento moral relevante; texto final do \*PLS nº 324/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, a fim de obrigar o Sistema Único de Saúde (SUS) a utilizar, exclusivamente, os medicamentos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename); \*PR nº 1/99 — CN, regulamenta os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506/97, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado, do extinto IPC, a ser concebida ou mantida pela União Federal; \*PLC nº 50/99, tramitando em conjunto com os \*PLSs nºs 154 e 208, de 1999, altera e acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43/43, que dispõe sobre as comissões de Conciliação Prévia e permitindo a Execução de Título Executivo Extrajudicial na Justiça do Trabalho, que dispõe sobre a Criação de Câmaras Intersindicais de Conciliação (CICS), institui a Comissão Paritária de Conciliação, com a atribuição de harmonizar os interesses envolvidos nos dissídios individuais do trabalho; \*PLS nº 323/99, altera a legislação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro para líquido para permitir a dedução, como despesa, no valor integral de bolsas de estudo; \*PLS nº 66/99 — decisão terminativa, que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o governo federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza, diminuição de desigualdades socioeconômicas; e \*PLS nº 347/99 — decisão terminativa, que exclui do salário-de-contribuição para a Previdência Social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

## 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: \*Ofícios expedidos pelo Supremo Tribunal Federal solicitando ao Senado licença para processar diversos senadores. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

## 10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Audiência Pública com os governadores da Região Norte com a finalidade de discutir o ajuste fiscal e a formação de uma frente para implementação de políticas especiais de desenvolvimento regional. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327  
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Plenário aprecia anistia para eleitores que não votaram

Medida beneficia quem não foi às urnas em 1996 e 1998. Modificação da Câmara estendeu perdão aos candidatos multados

Eleitores que deixaram de votar nas eleições de 3 de outubro e 15 de novembro de 1996 e nas eleições de 4 e 25 de outubro de 1998 poderão ter suas multas anistiadas, caso seja aprovado projeto que o Senado vota amanhã. A matéria original, de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), foi alterada pela Câmara para permitir que a anistia beneficie também os candidatos eleitos que foram multados por infrações cometidas nas eleições de 1996 e 1998.

Além dessa matéria, os senadores votam, em regime de urgência, projeto que amplia o prazo para que os clubes sejam transformados em empresas, nos termos do que determina a Lei Pelé. De acordo com o projeto, os clubes só precisarão se adequar à Lei em 2001, mesmo ano em que os atletas passam a ser os donos de seus passes. O parecer da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) foi aprovado na Comissão de Educação. Para ela, um prazo maior contribuirá, inclusive, para que seja aprofundada a discussão sobre o assunto. O Senado também aprecia amanhã autorização para contratação de empréstimo, pelo governo de Rondônia, no valor de R\$ 146,9 milhões, no



Camata é autor da matéria alterada pela Câmara para beneficiar os candidatos multados

âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Na quarta-feira, o plenário aprecia projeto que permite a prestadores de serviços com renda bruta anual inferior a R\$ 120 mil a possibilidade de optar pelo Simples – o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. De autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), o projeto foi aprovado pela Comissão de

Assuntos Econômicos em caráter terminativo, mas em razão de recurso será agora deliberado em plenário.

A proposta visa atender empresas de pequeno porte, assim definidas as que prestam serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistemas, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário e fisicultor.

Quinta-feira, em sessão marcada para as 10h, o Senado destina a Hora do Expediente a homenagear os 50 anos de fundação da Legião da Boa Vontade, que transcorrerá no dia 1º de janeiro do ano 2000. A iniciativa é do senador Artur da Távola (sem partido-RJ).

No decorrer da semana, os senadores realizam a discussão, em segundo turno, de proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam. Por 60 votos a um, a matéria foi aprovada em primeiro turno na terça-feira da semana passada.

## CAE discute amanhã empréstimos e incentivo ao esporte amador

Além de sete pedidos de empréstimos para aplicação em infra-estrutura urbana e modernização administrativa, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota amanhã projeto do senador Pedro Piva (PSDB-SP) que incentiva o esporte amador. A proposta, já aprovada na Comissão de Educação, destina ao Comitê Olímpico Brasileiro 2% da arrecadação bruta dos prêmios de todas as loterias federais existentes no país. Atualmente, só é repassada ao COB a renda líquida de um dos testes da Loteria Esportiva.

Sem recorrer à criação de incentivos fiscais ou a novos tipos de loterias, o projeto, que altera a Lei Pelé, abrirá, segundo Pedro Piva, caminho para um efetivo fortalecimento do esporte nacional. O senador observa que com os



Projeto de Pedro Piva quer destinar 2% das loterias federais para o Comitê Olímpico Brasileiro

recursos destinados ao esporte será possível colocar em prática, também, programas que atraiam uma parcela da sociedade que merece especial atenção: as crianças. “Em especial,

menores carentes que por falta de atrativo se vêem envolvidos com as drogas e com a delinquência”, observou ele.

A CAE marcou para a quarta-feira audiência pública destinada a discutir com os governadores da região Norte o ajuste fiscal e a formação de uma frente para a execução de políticas especiais de desenvolvimento regional. Foram convidados os governadores Jorge Viana (Acre), Siqueira Campos (Tocantins), Neudo Campos (Roraima), José Bianco (Rondônia), Amazonino Mendes (Amazonas), Almir Gabriel (Pará) e João Alberto Capiberibe (Amapá).

Com a mesma finalidade de ajudar a sanar o problema fiscal dos estados, já foram realizadas audiências públicas com governadores das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul.

### Matérias aprovadas pelo Senado

(de 30 de novembro a 2 de dezembro de 1999)

Projetos aprovados e enviados à sanção	3
Projetos aprovados e enviados à promulgação	7
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Emenda constitucional aprovada em 2º turno	1
Projeto de resolução aprovado em 1º turno	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara	2
<b>Total de matérias aprovadas</b>	<b>15</b>

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

## Senado aprovou 15 matérias, entre elas a emenda das MPs

A proposta de emenda constitucional (PEC) que limita o prazo de vigência e proíbe a reedição das medidas provisórias é um dos quinze itens da Ordem do Dia aprovados pelo plenário do Senado na semana passada (de 29 de novembro a 3 de dezembro). A proposta vai agora a exame da Câmara.

Mais uma PEC votada na última semana – a que garante aos remanescentes de quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam, garantindo a preservação dessas comunidades – ainda passará pelo segundo turno de votação no Senado.

Outros dois projetos foram remetidos à Câmara: o que modifica a transferência de recursos para o Distrito Federal, e o que antecipa para 2002 a exigência de critérios de desempenho para o acesso dos partidos aos recursos do Fundo Partidário e ao horário gratuito de rádio e televisão, a fim de impedir sua utilização por partidos que não tenham caráter nacional.

Sete projetos aprovados em plenário foram enviados à promulgação. Cinco tratam de renovação de concessões de rádio e televisão, e dois de acordos internacionais.

À sanção presidencial foram enviadas três das matérias aprovadas nesta semana: a proibição do funcionamento de bombas automáticas nos postos de abastecimento de combustíveis; a instituição de procedimento sumaríssimo no processo trabalhista; e a redução das despesas de cartório para imóveis construídos pelo sistema de mutirão nos programas habitacionais destinados a famílias de baixa renda.

Ainda voltará à Ordem do Dia, para turno suplementar, projeto de resolução aprovado nesta semana, e que visa simplificar a tramitação das autorizações de endividamento dos estados e municípios.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em caráter terminativo, alterações visando ampliar o alcance da lei sobre abuso de autoridade.

O diretor da Universidade Aberta da Terceira Idade, Renato Peixoto Veras, falou para a Subcomissão do Idoso sobre o modelo de atendimento aos idosos no Brasil.

Já a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ouviu depoimento do ex-funcionário do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto (Indesp), João Elias Cardoso, sobre denúncias de irregularidades naquele órgão.

Cinco projetos foram aprovados pela CAS, em caráter terminativo, entre eles propostas limitando a distribuição de remédios pelo SUS aos que constam da Relação Nacional de Medicamentos (Rename) e dando gratuidade no transporte coletivo urbano para crianças até doze anos matriculadas na escola.

A Comissão de Educação votou pareceres favoráveis à ampliação, para março de 2001, do prazo de transformação dos clubes de futebol em empresas.

Dois projetos beneficiando rodovias em Roraima e Amapá foram aprovados pela Comissão de Infra-Estrutura (CI), e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aprovou parecer favorável a projeto estabelecendo aplicação na agroindústria de percentual mínimo de 22% dos recursos do BNDES.

## CCJ avalia pedidos do STF para processar senadores

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa em sua reunião na próxima quarta-feira, às 10h, 14 ofícios do Supremo Tribunal Federal (STF) solicitando licença prévia para apreciar denúncias contra senadores em tramitação naquela Corte. Os ofícios referem-se a denún-

cias contra os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT), Ernandes Amorim (PPB-RO), Carlos Wilson (PPS-PE), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Bernardo Cabral (PFL-AM), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Roberto Requião (PMDB-PR) e Lauro Campos (PT-DF).

## Infra-Estrutura analisa solução para a seca

Em conjunto com as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), realiza audiência pública amanhã, a partir das 18h, para debater a utilização do potencial do rio

São Francisco e o projeto de transposição de suas águas.

Para a audiência, foram convidados o presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), Airson Bezerra Lócio, o secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente

(MMA), Raimundo Santos Garrido, o presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (Ceeivasf), José Thedomiro de Araújo, e o ex-chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás, Sérgio Barbosa de Almeida.

# Paulo Hartung pede apoio para a fruticultura

Falta de políticas públicas específicas de incremento ao setor, que movimenta a cada ano mais de US\$ 20 bilhões, tem levado o Brasil a perder espaço para os seus principais concorrentes internacionais, adverte senador

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) enfatizou, na sexta-feira, a necessidade de o país estruturar eficientes sistemas de produção, diversificação de produtos, transporte e comercialização de frutas com vistas à exportação. Com a Índia e a China, o Brasil constitui o grupo dos três mais destacados produtores de frutas no mercado internacional. Mas, na opinião do senador, devido a deficiências que exigem políticas públicas específicas, o país participa em cerca de 0,5% do total de recursos movimentados pelo comércio internacional de frutas, hoje em torno de US\$ 20 bilhões apenas no mercado de frutas frescas.

Entre os principais problemas a serem superados, conforme Hartung, es-

tão as deficiências no controle fitossanitário; o baixo padrão de qualidade das frutas comparativamente às que são ofertadas pelos concorrentes; a desarticulação entre os próprios produtores e entre eles e as instituições responsáveis pela geração e transferência de tecnologia; financiamentos para custeio, investimento e comercialização inadequados frente às características do setor; deficiência de formação de mão-de-obra especializada; defasagem em matéria de armazenagem, infra-estrutura de comercialização e custos portuários e aeroportuários elevados; e fragilidade da diplomacia comercial junto aos principais mercados compradores.

Hartung também fez um registro de encontro realizado pelo PPS

– A fruticultura brasileira, para se tornar uma grande atividade exportadora, com efetiva geração de empregos e divisas à altura de suas potencialidades, carece de coordenação de mercado e de políticas públicas bem focalizadas – afirmou Hartung, PPS

Paulo Hartung registrou também a realização, entre os dias 3 e 5, do encontro nacional do PPS, promovido no Auditório Petrônio Portella, sob a presidência do senador Roberto



Freire (PE). O encontro foi organizado em torno do tema “Diálogo Nacional e Poder Local”. Hartung desta-

cou a presença do ex-governador cearense Ciro Gomes na abertura do encontro, na sexta-feira, quando ele falou sobre as eleições municipais.

No evento, continuou o senador, a realidade brasileira seria tratada em plenárias temáticas com expositores convidados, que, sob a coordenação de um moderador, debaterão, entre outros assuntos, os problemas que atualmente catalisam o trabalho dos parlamentares federais, como as reformas previdenciária, tributária e judiciária. O papel do município nas relações de poder e as suas funções na prestação de serviços públicos de saúde, educação e segurança também seriam objeto de discussão partidária, disse.



Bezerra alerta: inflação já é realidade

## Bezerra apela por reversão de expectativa de inflação

Ao lembrar que a grande bandeira do presidente Fernando Henrique Cardoso para reeleger-se foi a conquista da estabilidade econômica, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pregou uma reversão das expectativas a respeito do crescimento da inflação. Em sua opinião, é necessário resgatar urgentemente a confiança do povo nos rumos da economia, até porque são, segundo ele, alarmantes os sinais inflacionários.

– O fato é que a inflação já é uma realidade para os brasileiros. Uma realidade indesejada, que traz insegurança para a classe política, desconfiança da sociedade e angústia para os trabalhadores que vêm tendo de enfrentar aumentos de preços com salários congelados – afirmou.

Bezerra recordou que foi o próprio governo que autorizou reajustes de preços administrados, como os dos remédios, tarifas públicas e combustíveis, gerando com isso inflação, e disse que a população está preocupada com esses aumentos, entre outras razões porque não tem mais como reduzir despesas.

O senador chamou a atenção para o fato de os empregos estarem cada vez mais escassos e os salários, “altamente comprimidos”, acrescentando que a possibilidade da volta da inflação “instala o terror na mente dos brasileiros”. Bezerra afirmou, ainda, que são claras as indicações de insatisfação da sociedade com o desempenho do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

## Maria do Carmo afirma que a globalização trouxe poucos benefícios para países em desenvolvimento

A globalização da economia vem contribuindo muito mais para a concentração mundial da renda do que para a solução dos problemas econômicos e sociais dos países em desenvolvimento. O alerta foi feito pela senadora Maria do Carmo (PFL-SE) a propósito das discussões da Rodada do Milênio, promovida pela Organização Mundial do Comércio, que se encerrou sexta-feira em Seattle, nos Estados Unidos.

Maria do Carmo observou que as vantagens do comércio sem fronteiras são contestadas em relatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), segundo o qual pela primeira vez, em dez anos, os países em desenvolvimento, com exceção da China e da Índia, tiveram crescimento menor que os países ricos.



Maria do Carmo citou dados da Unctad para contestar vantagens atribuídas à globalização

O relatório mostra, segundo a senadora, que a globalização na América Latina foi desastrosa por ter sido pro-

movida de maneira apressada, enquanto em países orientais – como a Malásia, que adotou controles sobre o capital externo – o processo foi mais cauteloso.

– Até agora, salvo alguns efeitos realmente benéficos da competição internacional, como por exemplo os investimentos feitos em qualidade e redução do chamado custo Brasil pelas empresas brasileiras, os resultados monetários gerais dessa política de tendência mundial foram um tanto desastrosos para a economia de nosso país, o que pode ser visto pelos resultados de nossa balança comercial, que, de superavitária entre 1985 e 1994, ano em que teve superávit de US\$ 10,4 bilhões, tornou-se deficitária nos anos seguintes, chegando a US\$ 8,3 bilhões em 1997 – afirmou a senadora.

## Amorim defende retaliação contra protecionismo dos ricos

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) pediu aos responsáveis pela política externa brasileira que retaliem os países desenvolvidos pelas medidas protecionistas impostas contra o Brasil.

Amorim discordou das declarações do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para quem o Brasil não poderia boicotar a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). “Acredito que o Brasil precisa impor suas próprias posições e seus interesses, mesmo que para isso tenha que se retirar da reunião da OMC”, sustentou o parlamentar.

“Por que o Brasil tem que manter reservas florestais, se na Europa, Estados Unidos e Canadá isso não é exigido?”, indagou o senador, argumentando que,

ou o Brasil está na globalização, ou não está. E se está, pensa ele, é para enfrentar as dificuldades, mas também desfrutar das vantagens. Ele discorda dos que entendem que não há como retaliar, lembrando que é reconhecida a importância da preservação dos recursos naturais na sustentabilidade do planeta. “Ou somos respeitados e nossos interesses atendidos, ou buscamos nossos próprios caminhos”, afirmou.

Amorim considera inadmissível que 20% da população mundial, residente nos países desenvolvidos, continue consumindo 80% dos recursos naturais e impedindo que o restante da população do planeta tenha condições de vida dignas. Como exemplo da injustiça co-



Ernandes Amorim: “Ou somos respeitados ou buscamos nossos próprios caminhos”

metida pelos países desenvolvidos, ele observou que, enquanto no Canadá o leite é subsidiado em 87 centavos de dólar, no Brasil não chega 20 centavos de preço pago pelo litro ao produtor.

## Tião Viana condena ação da OMC

Ao comentar o encerramento da 3ª Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle (EUA), onde foram discutidos mecanismos de regulação do comércio mundial para os próximos três anos, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que a reunião traduziu o que ocorrerá nas relações comerciais do próximo milênio entre os países ricos e os emergentes.

– A OMC, aliada ao Banco Mundial e ao FMI, tem sido um instrumento de controle dos países emergentes. A necessidade de expansão de mercado dos países ricos impõe o enfraquecimento das indústrias dos países periféricos – afirmou, lembrando que as negociações foram marcadas por um certo pessimismo e falta de consenso. Na opinião de Tião Viana, o impasse se dá porque os países ricos não abrem mão da proteção de seus mercados e as nações em desenvolvimento não aceitam ceder mais uma vez sem a contrapartida das grandes potências.

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou que os países que comandam a OMC são “especialistas em impor aos subdesenvolvidos regras que eles mesmos não aceitam”. E citou como exemplo o fato de os países ricos subsidiarem sua agricultura mas tentarem proibir essa prática nos países pobres. “Essa tutela é inaceitável”, afirmou.

## Lando condena desvio de recursos para os bancos

Diante da revelação da CPI dos Bancos de que R\$ 12,9 bilhões destinados ao Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer) serão pagos pelo contribuinte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que falta aos governantes, nos últimos anos, vontade política para acabar com a miséria e o desemprego no Brasil.

— A CPI desnudou a verdade do Proer. O montante que o Banco Central parece ter considerado residual, a ponto de ocultá-lo nas diversas explicações que deu ao público, corresponde a quatro vezes o que seria necessário para matar a fome e tirar da miséria todos os 60 milhões de brasileiros dependentes da solidariedade — afirmou.

A conta feita por Amir Lando baseia-se em cálculo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que estima em US\$ 80 bi-



Segundo Amir Lando, a CPI dos Bancos "desnudou a verdade do Proer"

lhões os recursos necessários para acabar com a fome e devolver a cidadania a desempregados e subempregados no mundo. Assim, como no Brasil estão 4% dos pobres do planeta, "o país precisaria de pouco mais de R\$ 3 bilhões para uma ceia de Natal que incluísse todos os brasileiros".

Para o senador, esses números demonstram que a solução para os pobres e miseráveis não se constitui numa missão impossível, pois, viabilizados os recursos, "que parecem se mostrar abundantes", bastariam criatividade e vontade política.

— A conclusão, óbvia, é de que não faltam criatividade nem recursos públicos. A carência maior, principalmente nos últimos tempos, é de decisão política. Entre o pagamento da dívida pública e a miséria, a primeira. Entre os 60 milhões de miseráveis e o banqueiro, o último! — protestou o senador Amir Lando.

## Suassuna sugere mudança na lei dos seguros privados

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou projeto alterando a lei dos seguros privados (Decreto-Lei 73/66) para regular a prerrogativa dos credores por restituição de prêmios ao recebimento de seus créditos. A legislação atual estabelece que, sobre reservas técnicas, fundos especiais ou provisões garantidoras das



Suassuna quer garantir o direito ao crédito por restituição de prêmios

operações de seguro, só têm privilégio especial os credores por indenização ajustada ou por ajustar. O projeto será apreciado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Para conceder esse direito aos credores por restituição de prêmio, Suassuna alegou que esses recursos

objetivam exatamente "assegurar a solução dos contratos em geral e não apenas daqueles em que já tenha ocorrido o sinistro".

Ele explicou que, na falência e na liquidação, o que deve ser pago obedece a uma hierarquia que começa com os créditos trabalhistas e termina com os quirografários, ou seja, aqueles sem garantia nem privi-

légio e entre os quais se incluem as restituições de prêmios. "Essa disciplina acarreta prejuízo aos credores por restituição de prêmio, tendo em vista que nos procedimentos de liquidação ou falência dificilmente restam recursos para o pagamento integral dos créditos quirografários", argumentou.

## Francelino fala sobre título dado pela Unesco à cidade de Diamantina



A decisão da Unesco de declarar a cidade de Diamantina como Patrimônio da Humanidade é o tema da entrevista do senador Francelino Pereira (PFL-MG) à TV Senado.

A entrevista vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30. O senador mineiro destaca as belezas naturais e arquitetô-

nicas da cidade, berço de Juscelino Kubitschek e Xica da Silva, famosa por suas serestas, e referência histórica do Brasil.

Durante a entrevista, em que Francelino fala também dos motivos que levaram o "Arraial do Tijoco" a concorrer a este título, será mostrado um vídeo sobre a cidade, produzido pela Rede Minas de Televisão.

# Maguito quer votar propostas contra a miséria ainda em 99

Senador diz já ter colhido as assinaturas necessárias para que emendas como a que cria o Fundo de Erradicação da Pobreza sejam apreciadas

Anunciando já ter colhido as assinaturas necessárias, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) pediu na última sexta-feira o apoio do plenário para que sejam votadas ainda este ano as propostas de emenda constitucional (PECs) resultantes do trabalho da Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza. Elas têm como objetivo criar um fundo de erradicação da miséria, corrigir anualmente o poder aquisitivo do salário mínimo e instituir um programa nacional de renda mínima.

Maguito pediu ainda apoio para aprovação de projeto de resolução destinado a dar caráter permanente à Comissão para a Erradicação da Pobreza, a fim de fazê-la funcionar pelos próximos dez anos. Ele considera esse instrumento importante para que o Senado possa acompanhar a aplicação do Fundo de Erradicação da Pobreza e a ação do Conselho Nacional de Solidariedade, idealizado também pela comissão.

O senador explicou que o conselho a ser nomeado para gerir esse fundo deverá ter 12 integrantes — seis indicados pelo governo e seis indicados

por entidades representativas da sociedade. Ele considerou louvável a previsão de que esse fundo terá, já no próximo ano, uma cifra de R\$ 4 bilhões a R\$ 6 bilhões, mas alertou que, para isso, é fundamental que as PECs sejam votadas imediatamente na Câmara e no Senado.

Também observou que, a partir desse órgão de âmbito federal, estados e municípios poderão criar conselhos de solidariedade, todos perseguindo o objetivo de fazer o Brasil entrar no próximo século determinado a acabar com a indigência. Quanto à PEC destinada a corrigir anualmente o poder aquisitivo do salário mínimo, o senador observou ser importante que o Legislativo tenha poder constitucional para reajustá-lo, independentemente das correções feitas pelo Poder Executivo.

Sobre a "renda cidadania", idealizada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Maguito Vilela considerou essencial que o Brasil assegure a todos os cidadãos um valor mínimo para sobreviver. "Nosso país tem o dever de investir para melhorar o nível de vida dos pobres", disse ele.



Suplicy propõe que o IBGE e o Ipea apurem a renda mínima para um padrão digno de vida

## CAS examina projeto que institui linha de pobreza

A criação de uma linha oficial de pobreza que incluía a definição de metas para a progressiva erradicação das desigualdades econômico-sociais será apreciada na próxima quarta-feira, em reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) marcada para as 9 horas. O projeto, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), tramita em caráter terminativo e já conta com parecer favorável do senador Luiz Pontes (PSDB-CE).

Segundo o projeto, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) ficariam responsáveis pelo estabelecimento da linha oficial de pobreza. O projeto define a linha como sendo "o padrão de rendimento anual mínimo necessário para que uma família e/ou uma pessoa possa suprir suas necessidades vitais". Além disso, o presidente da República ficaria obrigado a estabelecer, já na sua posse, as metas regionais de erradicação da pobreza e de diminuição de desigualdades socioeconômicas ao longo do seu mandato e dar conhecimento ao Congresso por meio de mensagem.

A CAS aprecia ainda, também em caráter terminativo, o projeto de lei que regulamenta o trabalho voluntário, do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), e o que dispõe sobre benefício a pessoa idosa ou portadora de deficiência, de Luiz Estevão (PMDB-DF). Os dois projetos receberam pareceres pela rejeição.



Maguito Vilela acha que a Comissão para a Erradicação da Pobreza deve funcionar por pelo menos dez anos

## Comissão se reuniu 25 vezes e ouviu 19 especialistas

Três propostas de emenda constitucional compõem o relatório final da comissão mista especial que, desde agosto, analisa as causas da pobreza no país. As emendas reúnem as principais alternativas apresentadas por parlamentares para a erradicação da miséria, incluindo a criação do fundo constitucional de combate à pobreza, baseado em proposta do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA); a instituição do Orçamento Social, idealizado pela senadora Marina Silva (PT-AC), na lei orçamentária anual; e a garantia de renda mínima para todos os cidadãos, proposta pelo senador Eduardo Suplicy.

O senador Maguito Vilela presidiu a comissão, que foi criada pelo Congresso Nacional logo após a apresen-

tação da proposta do senador Antonio Carlos Magalhães, em 5 de agosto. Na ocasião, Antonio Carlos conclamou o Legislativo a encontrar soluções para a melhoria dos índices sociais do país. A senadora Marina Silva foi a autora do requerimento que criou a comissão.

Durante quase quatro meses de funcionamento, senadores e deputados realizaram 25 reuniões, ouviram 19 depoimentos de especialistas em políticas sociais, visitaram cidades do Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, verificando as condições de vida da população carente e analisando a implantação de programas sociais. Além disso, os parlamentares fizeram um diagnóstico da aplicação de recursos públicos destinados ao combate à pobreza no Brasil.

Mauro chamou atenção para o forte sentimento comunitário dos moradores



## Mauro elogia qualidade de vida na cidade goiana de Iporá

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) registrou, em plenário, o 51º aniversário da cidade de Iporá, localizada no oeste goiano. Em seu discurso, Mauro chamou a atenção para valores importantes cultivados na cidade, entre eles o forte sentimento comunitário, e o entusiasmo que reina em Iporá por conta das comemorações:

— É como se voltássemos a ser crianças, e como se não nos sentíssemos presos às responsabilidades do dia a dia. Ficamos mais amigos, menos competitivos, mais comunitários — disse o senador.

Mauro Miranda também fez menção aos dados de desempenho do município, considerado um dos mais bem dotados em matéria de estrutura educacional no estado. A rede pública de ensino abriga 12,6 mil alunos, para uma população de 40 mil habitantes, o que corresponde a 32%. O município conta com cursos superiores nas áreas de Geografia, Letras, Matemática, História e Biologia.

## Homenagem a diplomata romeno

Aproveitando as comemorações da data nacional romena, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) homenageou o embaixador Ioan Bar, chefe da delegação da Romênia no Brasil, que deixa o cargo após coordenar as relações entre os dois países por quatro anos. Mauro se disse honrado por ter sido um dos principais interlocutores do embaixador Ioan Bar, como presidente do Grupo Interparlamentar de Cooperação entre Brasil e Romênia.

O senador lembrou que as relações comerciais têm se estreitado. Com a ajuda do embaixador, foram realizadas duas reuniões da Comissão Conjunta Brasil-Romênia, em 1997 e 1998.

# Heloísa Helena repudia “truculência” da PM do DF

Senadora diz que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara deverá chamar o ex-secretário de Segurança e o comandante para depor

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) protestou na manhã de sexta-feira contra “a truculência com que a polícia de Brasília agiu contra os funcionários da Novacap”, (empresa de urbanização do DF), no conflito em que um trabalhador foi morto, dois ficaram cegos e 30 sofreram outros ferimentos.

Ela disse que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara deverá chamar o ex-secretário de Segurança Pública, exonerado pelo governador Joaquim Roriz na tarde de sexta-feira, e o comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, para que esclarecimentos sejam prestados à opinião pública.

Observando que já viu muita cena de violência em Alagoas, a senado-

ra afirmou que isso não a impediu de ficar estarecida com as cenas promovidas pela segurança pública de Brasília. “Milhões de pessoas viram na televisão atos abomináveis que revelam truculência e despreparo da polícia para lidar com cidadãos”, afirmou. E lastimou que dessa ação tenham resultado tantos feridos, duas pessoas cegas e um morto.

Explicando que as manifestações acontecem exatamente em razão da

falta de diálogo com qualquer instância de poder e de decisão política, Heloísa Helena disse que o governo não pode dizer que os trabalhadores foram intransigentes. Ela criticou as declarações do então secretário de Segurança Pública, Paulo Castelo Branco, segundo o qual a polícia agiu

com obediência e respeito à lei.

“Deus do céu, isso é um absurdo, uma irresponsabilidade. Democracia não é isso, é debater através das idéias para se chegar a uma alternativa”, afirmou. Depois de lembrar que, desde 1988, não tombava nenhuma vítima fatal em confronto com a polícia, ela informou ter visitado na sexta-feira pela manhã esses trabalhadores e viu como eles se sentem constrangidos e humilhados diante da intolerância com que o governo os tratou.

Para Heloísa Helena, “contestar essa atitude arrogante é de fundamental importância”. Ela advertiu que comportamento como o da polícia de Brasília pode servir de modelo para outros serviços de segurança pública também praticarem violências contra trabalhadores. E expressou sua solidariedade com os sindicalistas que “não estão conseguindo nem falar de tão chocados que ficaram com as cenas de quinta-feira”.



Heloísa ficou estarecida com cenas promovidas pela PM de Brasília

## Ademir cobrou demissão de secretário

Horas antes do anúncio oficial da demissão do secretário de Segurança Pública, Paulo Castelo Branco, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) exigiu da tribuna do Senado a exoneração do responsável pela operação destinada a reprimir assembléias de servidores da Novacap:

— Apelo ao governador Joaquim Roriz para que demita o secretário, sob pena de se tornar (o governador) responsável por esse ato estúpido — disse Andrade.

Ademir Andrade lembrou que o trabalhador morto era um “pacato cidadão” em busca de melhoria salarial, que deixou dois filhos desamparados. Ele fez um alerta aos governantes para que atuem com moderação e usem o diálogo, lembrando que os servidores públicos estão há cinco anos sem reajuste:

— É justo que as pessoas se manifestem e até se excedam, desde que sem agressão. O que não é admissível é que um secretário de Segurança na Capital da República

use um esquema denominado ‘Segurança sem Tolerância’ contra trabalhadores e não contra criminosos — afirmou o senador.

Ademir classificou Castelo Branco de “cretino” por ter declarado às redes de televisão que agira de forma democrática e em respeito à lei. Para o senador, Roriz não pode-

ria deixar de demitir o secretário. Do contrário, disse, seria considerado “algoz e assassino”. No governo petista de Cristovam Buarque, que antecedeu a Roriz, houve ações policiais para que fossem cumpridas decisões judiciais contra trabalhadores, mas nenhum trabalhador foi morto, recordou Andrade:

— Nos estados governados pela esquerda nunca houve assassinato de trabalhadores — concluiu o senador paraense.



Ademir disse que Roriz seria “algoz” se não demitisse secretário

## Viana condena violência

O senador Tião Viana (PT-AC), em discurso na sexta-feira, disse lamentar profundamente e considerar “incompatível com os dias atuais” o episódio de violência ocorrido na quinta-feira em Brasília.

Tião Viana frisou que “não há justificativa para as ações praticadas pelo governo do Distrito Federal, do qual os policiais são apenas um instrumento”. Ele lembrou que os manifestantes estavam ape-



Viana: “Não há justificativa para as ações praticadas pelo GDF”

nas reivindicando seus direitos:

— Como um ato de reivindicação pode acabar em morte? O presidente da República deveria tomar ações coercitivas e de responsabilidade pública. A Justiça e o Ministério Público têm que se manifestar. O DF está manchado pelo sangue da violência. Esse episódio acabou com a vida política do governador do Distrito Federal — sentenciou.

## Senado aprova voto de pesar pela morte do Michel Khoury

O plenário do Senado aprovou na sexta-feira requerimento de

autoria do senador Iris Rezende (PMDB-GO) para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do líder religioso Michel Khoury, ocorrido quinta-feira em Goiânia. Serão apresentadas condolências à família, à Igreja Ortodoxa de Goiânia e à colônia árabe de Goiás.

Michel Khoury, que estava com 81 anos, nasceu na Antióquia (Turquia) e residia em Goiânia desde 1958, segundo informou o senador. O religioso, que era casado, deixou viúva e quatro filhos:

— O padre Michel era uma pessoa adorada em Goiânia. Deixou extensa folha de serviços prestados a Goiás e ao Brasil. Registrando nos Anais do Senado um pouco da sua vida e a importância da colônia árabe, estaremos fazendo justiça para que as próximas gerações o tenham como exemplo de vida — disse.

Na presidência da sessão, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) associou-se à homenagem em nome da Mesa.

## Maguito Vilela lembra trabalho

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) associou-se na sexta-feira ao voto de pesar pela morte de Michel Khoury, falecido em Goiânia. “Como vigário-geral da Igreja Ortodoxa de Goiânia, era um ser humano extraordinário, querido de todos os goianos”, disse.

Segundo Maguito, Khoury sempre foi especialmente reverenciado pela colônia árabe, “um segmento populacional bastante responsável pelo crescimento do estado, através de seu trabalho e dedicação. A bancada federal de Goiás no Congresso está de luto pelo falecimento de um grande líder que, há muito tempo, já faz parte da história do estado”.



Iris Rezende



Maguito Vilela

## Cabral destaca 125 anos de empresa amazonense

Como um exemplo digno da luta desenvolvida por imigrantes, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou na sexta-feira o 125º aniversário da empresa J. Tadros & Cia., a mais antiga do Amazonas e uma entre as 18 empresas familiares brasileiras com mais de cem anos de existência.

Fundada por David Tadros, a empresa fez seu registro comercial em 1874 e hoje é administrada por José Roberto Tadros, advogado e empresário, informou o senador.



Cabral: J. Tadros é exemplo da luta dos imigrantes

O empresário, disse Bernardo Cabral, atualmente preside também a Federação do Comércio do Estado do Amazonas, o Centro de Comércio do Amazonas, e o Sesc e o Senac locais. É ele que, em nome da família Tadros, receberá a Medalha do Mérito Empresarial Maximino de Miranda Correa, conferida pela Junta Comercial do Amazonas.

Bernardo Cabral solicitou à Secretaria Geral da Mesa a inscrição, nos Anais da Casa, de oito matérias jornalísticas sobre o assunto e o envio de seu pronunciamento à família Tadros.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h55 – Senado em Pauta  
7h – Saúde Todo Dia – Atividade física  
7h30 – Especial Unip – Hepatite  
7h55 – Senado em Pauta  
8h – Cores do Brasil – Belém  
8h25 – Senado em Pauta  
8h30 – Entrevista – Senador Francelino Pereira fala sobre Diamantina, patrimônio cultural da humanidade  
8h55 – Senado em Pauta  
9h – Cidadania – Movimento em defesa da vida  
9h55 – Senado em Pauta  
10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado 01/12/99)  
12h – Cores do Brasil – Pirenópolis  
12h30 – Entrevista – Senador Francelino Pereira fala sobre Diamantina, patrimônio cultural da humanidade  
13h – Cores do Brasil – Alagoas  
13h30 – Cidadania – Movimento em defesa da vida  
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 – Entrevista – Senador Álvaro Dias fala sobre recursos do BNDS para a agricultura  
19h – Cores do Brasil – Pernambuco

19h30 – Agenda Econômica – Deputado Delfim Netto fala sobre inflação  
20h30 – Entrevista – Senador Francelino Pereira fala sobre Diamantina, patrimônio cultural da humanidade  
21h – Jornal do Senado  
21h30 – Cidadania – Movimento em defesa da vida  
22h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – Agenda Senado. Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo). Em seguida – Música e informação  
19h – A Voz do Brasil. Em seguida – Música e informação  
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste. Em seguida – Música e informação.  
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida – Música e informação  
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste. Em seguida – Música e informação  
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida – Música e informação

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

#### Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

#### Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

#### Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

#### Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Luiz Otávio sugere usar verbas do Sivam para saneamento

Senador defende que parte dos recursos destinados ao programa de vigilância da Amazônia seja aplicado em 80 cidades da região

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) sugeriu na sexta-feira que parte dos mais de R\$ 1,2 bilhão destinados ao projeto Sivam seja investida em projetos de saneamento nas cerca de 80 cidades da Amazônia que abrigarão unidades do programa de vigilância.

Para o senador, a população de localidades como São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, e São Félix do Xingu, no Pará, não pode apenas "assistir à instalação de uma obra de arte, de tecnologia de ponta sem ser beneficiada em nada".

– O Banco Mundial tem todo interesse em investir parte desses recursos para atender também à área

social. Tenho certeza de que toda a bancada federal da Amazônia apoiará essa reivindicação e levará essa sugestão ao presidente Fernando Henrique Cardoso – afirmou.

Luiz Otávio também pediu que os recursos disponibilizados pelo governo francês para o reaparelhamento da Polícia Federal para atuação na Amazônia sejam utilizados prontamente para garantir a segurança

das fronteiras nacionais.

O senador felicitou ainda o presidente da República pelo lançamento do projeto Luz no Campo, que vai levar energia à área rural do país, destinando R\$ 150 milhões para o Pará. Segundo ele, o governo do Pará, em parceria com o federal, já está trabalhando para que, até meados de 2000, a energia elétrica chegue a todas as sedes de municípios.



Luiz Otávio pediu recursos para reaparelhar a Polícia Federal na Amazônia

## Moreira Mendes elogia programa de eletrificação rural do governo

O programa Luz no Campo, lançado pelo governo para ligar um milhão de propriedades rurais com 465 mil quilômetros em extensão de redes de distribuição de energia, "é um marco divisor na história do homem do campo", afirmou na sexta-feira, no plenário, o senador Moreira Mendes (PFL-RO).

Ao elogiar o lançamento do programa, feito na última quinta-feira pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador disse que a medida propiciará ao país a possibilidade de fixar o homem no campo. A iniciativa vai incrementar a eletrificação rural e estimular as atividades rurais, lembrou.

O programa também vai incrementar a economia e aumentar a oferta de empregos em todo o país, com a ampliação do mercado interno de produtos industrializados e a interiorização das indústrias de bens e serviços. Além dessas vantagens, acrescentou, o programa proporcionará economia no consumo de derivados de petróleo e um incremento na renda dos proprietários rurais, melhorando sua condição de vida.

– O presidente Fernando Henrique Cardoso dá mais uma demonstração de que está fazendo o que é preciso para colocar o Brasil nos trilhos. Além de ser o seu governo o que mais inves-

tiu na reforma agrária em nossa história, agora, mais uma vez, valoriza o homem do campo com esse programa – afirmou.

O senador também elogiou o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, que, em sintonia com o presidente, "desenvolveu um trabalho de grande importância para a nação".



Moreira disse que governo desenvolve trabalho de grande importância para a nação

## Nabor diz que Acre deve ganhar Prêmio Esso Norte

A indicação de três jornalistas do jornal *A Gazeta*, do Acre, para disputar o Prêmio Esso Norte de 1999 foi enaltecida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), ao informar que, pela primeira vez, em 44 edições do maior prêmio de jornalismo do país, um jornal e profissionais da imprensa acreana são escolhidos "para receber tamanha distinção". A solenidade acontecerá no próximo dia 14, no Rio de Janeiro.

Os jornalistas indicados de *A Gazeta*, segundo informou, são Silvio Martinello, Jaime Moreira e Lillian Orfanó, que deverão ganhar o prêmio pela reportagem

intitulada "A ferida está aberta". A matéria denuncia o crime organizado e a existência do esquadrão da morte no Acre, que servia ao narcotráfico.

Nabor Júnior acredita que os jornalistas receberão o prêmio porque um dos organizadores do evento comunicou aos profissionais, por telefone, que eles "já poderiam abrir o champagne e comemorar", pois estavam na final. "Isso é motivo de orgulho para o Acre", disse o senador, que sugeriu à Mesa do Senado o envio de congratulações aos jornalistas, caso ganhem o prêmio.



Nabor: reportagem indicada denunciou esquadrão da morte

# Patrocínio quer estímulo para servidor ficar na ativa

Proposta de emenda constitucional prevê que, após completar idade e tempo mínimos para aposentadoria, funcionários públicos poderão continuar trabalhando com remuneração acrescida de 30%

## Alcântara homenageia pioneiro cearense

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou os 111 anos de nascimento do empresário cearense Pedro Philomeno Ferreira Gomes, "figura modelar", segundo Alcântara, "que construiu uma das mais sólidas obras econômicas deste século, descobrindo e multiplicando as potencialidades do meio, fundando empresas e gerando empregos, tendo sempre em vista o bem-estar da coletividade". Por tudo isso, afirmou o senador, "seu pioneirismo virou lenda na voz do povo".

Alcântara fez um breve histórico da vida do empresário, nascido em Sobral, no Ceará, a 7 de julho de 1888. Aos seis anos de idade, relatou o parlamentar, Pedro Philomeno chegou a Fortaleza, e aos 16 anos foi para o Rio de Janeiro, onde trabalhou com o irmão, que era comerciante de artigos finos. De volta à capital cearense, em 1912, Philomeno casou-se com Maria Júlia Machado da Fonseca (Dona Maroquinha) e assumiu o posto de capitão da Guarda Nacional.

O senador pelo Ceará destacou a atividade industrial de Pedro Philomeno no plantio e beneficiamento do algodão, do qual fabricava óleo comestível e sabão, e no setor têxtil, com a produção de tecidos para exportação a partir da instalação, em 1926, da Fábrica de Tecidos São José. Alcântara apontou o pioneirismo de Philomeno, que, há 50 anos, iniciou a primeira política de reflorestamento no estado, ao substituir cada árvore abatida por uma muda de caju, e registrou também suas atividades no ramo da hotelaria, com a construção dos hotéis Iracema Plaza e Lord, considerados os melhores da época em Fortaleza.

— Uma obra desse porte, construída numa fase histórica de tão raras iniciativas econômicas e sociais, haveria de resultar na glorificação do seu grande idealizador e benfeitor, que aplicava todos os ganhos conquistados na própria terra. Pedro Philomeno Ferreira Gomes foi um dos mais autênticos e denodados pioneiros deste século, no Ceará, fazendo jus à legenda que o povo lhe outorgou, como símbolo do trabalho, da imaginação criadora e do milagre de transformar os bens da terra — concluiu.

Proposta de emenda constitucional (PEC) que prevê estímulo à permanência em serviço de servidores públicos em vias de se aposentarem foi apresentada pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Conforme a proposta, após completar a idade e o tempo mínimo exigidos para a aposentadoria voluntária, o servidor poderá permanecer em exercício, tendo a remuneração acrescida em 30%, a título de gratificação — percentual que não será incorporado aos proventos da aposentadoria. A permanência do servidor só se dará no interesse do serviço.

Carlos Patrocínio explicou que os incentivos à aposentadoria e, especialmente, à proporcional têm provocado "inesperado e significativo au-



Carlos Patrocínio afirma que incentivos têm estimulado aposentadorias precoces

mento do número de aposentadorias precoces". O resultado é que o setor público tem registrado perda de pessoal capacitado, com empobrecimento da qualidade da administração.

— Muitos servidores atingirão a idade e o tempo de contribuição em pleno vigor intelectual, podendo trabalhar ainda vários anos até a idade da aposentadoria compulsória (70 anos) — alertou Patrocínio.

A proposta já havia sido apresentada pelo senador, em agosto de 1997, na forma de emenda ao substitutivo do ex-senador Beni Veras à proposta de emenda constitucional de iniciativa do Executivo que modificava o Sistema de Previdência Social. Beni não a acolheu por não haver tempo hábil para incorporá-la numa matéria que necessitava ser votada com urgência. A PEC que está sendo apresentada agora por Patrocínio (nº 35/99) recebeu parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

## Mozarildo pede tratamento prioritário para projeto de responsabilidade fiscal

Por disciplinar a responsabilidade dos agentes de qualquer poder, em relação aos atos que impliquem gastos e endividamento públicos, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) quer que o projeto de lei de responsabilidade fiscal, de iniciativa do Poder Executivo, ora em tramitação na Câmara, tenha tratamento especial por sua importância e oportunidade.

— Posso afirmar ser o projeto de responsabilidade fiscal uma das mais relevantes matérias em tramitação no Congresso Nacional, cabendo ao Senado Federal seu acompanhamento e discussão agora, para aprofundarmos o assunto e podermos discuti-lo com a seriedade que nos é exigida quando aqui aportar o texto



Mozarildo: uma das mais relevantes matérias no Congresso

aprovado na Câmara dos Deputados — disse o senador.

O projeto, lembrou Mozarildo, disciplina o controle dos atos públicos "e vai se constituir em freio efetivo e em forte balizamento para a gestão da coisa pública", com reflexos positivos na administração e nas finanças da União, dos estados e dos municípios.

— A responsabilidade fiscal é matéria relevante a qualquer momento, mas o encaminhamento do projeto de lei complementar reveste-se de grande oportunidade, por ocorrer num momento em que é discutido um elenco de reformas que consolidam o modelo fiscal brasileiro e estar suportado pela Lei Camata II, que disciplina os gastos com pes-

soal, item mais significativo da despesa pública — ressaltou.

O custeio da Previdência é, na opinião de Mozarildo, um dos principais enfoques da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê a obrigatoriedade de o ente federativo que instituir ou mantiver regime próprio de previdência para seus servidores garantir seu equilíbrio permanente, em termos financeiros e atuariais.

Outro aspecto salientado pelo senador é a introdução da Declaração de Gestão Fiscal Responsável, obrigatória a todos os responsáveis pelos poderes, nas três esferas, a ser emitida trimestralmente, com ampla divulgação.

— Será (a declaração) o atestado oficial da responsabilidade ou irresponsabilidade fiscal de todos os governantes e ordenadores de despesa, e dará à sociedade uma medida efetiva de qualidade do gasto público — disse.

## Hartung destaca papel do "Rede Criança" em Vitória

Ao lembrar os 40 anos da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Organização das Nações Unidas, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) registrou o lançamento, pela prefeitura de Vitória, do programa Rede Criança, que irá atender quase 20 mil crianças e adolescentes carentes entre sete e 17 anos da capital do Espírito Santo.

O programa visa, segundo o senador, restituir a cidadania e promover

o desenvolvimento físico, intelectual e emocional de menores que "vivem em situação de risco pessoal e social no município", com atividades próprias para crianças e adolescentes.

O lançamento do programa Rede Criança, explicou Hartung, começou com uma campanha publicitária denominada "Para além da esmola", com o objetivo de informar e sensibilizar a população sobre a importância do seu papel no processo de ajuda às

crianças carentes. O projeto, destacou, é o resultado da articulação do poder público com a sociedade, representada por associações de moradores, clubes esportivos, igrejas e entidades não governamentais.

Em sua fase final de implantação, segundo Paulo Hartung, o Rede Criança já conta com o Fórum das Entidades, que congrega 57 instituições, públicas e privadas, no atendimento à criança e ao adolescente em Vitória, e o Rede Criança On Line, sistema integrado à Internet, com um banco de dados que possibilita a participação da sociedade com doações e oferta de serviços voluntários.

## Lei dos precatórios de SP é elogiada por Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a iniciativa do governador de São Paulo, Mário Covas, que sancionou lei aprovada pela Assembléia Legislativa paulista para facilitar a liquidação de precatórios devidos pelo estado e, ao mesmo tempo, estimular o ingresso nos cofres estaduais de dívidas tributárias. Segundo o parlamen-

tar, a lei permite que o "detentor de créditos a receber do Tesouro estadual, por força de precatórios correspondentes a indenizações determinadas por sentenças judiciais, possa negociar o seu direito com os devedores do estado". Jucá destaca que a lei busca oferecer benefícios para todas as partes envolvidas — os devedores e credores do estado, juntamente com a administração estadual —, sem ferir os dispositivos constitucionais que regulam a emissão e o pagamento dos precatórios.

— Não se compreende, dessa forma, que iniciativas tendentes à facilitação da solvência dos devedores, e que se subordinam às acertadas prescrições da Lei Maior, venham a provocar tanta celeuma, como agora acontece no estado de São Paulo, que vive notórias dificuldades financeiras para a liquidação de seus débitos — disse o senador.

Jucá lamentou, em especial, a forma como a nova lei foi divulgada por alguns veículos de imprensa. Ele criticou "quem aposta no impasse e, mesmo sabendo que em São Paulo há uma imensa fila de ordens do Judiciário para cumprimento, descortine alguma vantagem no esquema segundo o qual um não paga e outro não recebe".

De acordo com Jucá, ao facilitar o encontro de contas entre devedores e credores, a legislação beneficia, igualmente, o Tesouro estadual, nas pontas de seus débitos em precatórios, estimados em R\$ 5,5 bilhões, e de seus créditos (tributários), calculados entre R\$ 18 e 20 bilhões".



Jucá: lei beneficia todas as partes envolvidas